

## **ETERNO TEMA: A MULHER E O SABER COMO BEM COMUM E A CIDADE DO RECIFE (1870-1909)**

Tereza Lopes Albuquerque\*  
terezaalbuquerque555@hotmail.com

### **RESUMO**

O saber como bem comum aos povos passou a ser ferramenta necessária para consecução de uma cidade civilizada. Aliado a esse desejo de progresso, as transformações urbanísticas ocorridas na cidade e suas consequências possibilitaram uma modificação do perfil da mulher na sociedade. Na cidade do Recife, para a consecução de uma cidade civilizada, a mulher passou a ser peça importante na construção de uma cidade dentro dos propósitos da civilização, por isso ela foi moldada conforme o interesse de grupos sociais que as forjavam. Em diferentes momentos históricos nos oitocentos- apesar de setores conservadores da sociedade- nos jornais, nas revistas, na tribuna, as discussões sobre a intelectualização e emancipação feminina geravam polêmicas e apontavam novos espaços os quais as mulheres iriam ocupar no século XX.

**Palavras-chave:** gênero; educação; Recife.

A mulher foi impulsionada de diversas maneiras pela urbanização a participar de ações cada vez mais públicas, dentre elas destacam-se aspectos de capacitação intelectual e profissional. Sofrendo influência dos ideais ilustrados da Europa, o modelo de civilização propalado pelas elites locais não poderia se afastar do saber, por isso a instrução representou para a sociedade o principal caminho para o progresso material, cultural e intelectual dos povos, ela sedimentaria o projeto de civilização nos trópicos. Então, a educação formal para mulheres passou por importantes mudanças, especialmente no final do século XIX, para que no século XX, a presença delas no espaço público fosse mais frequente.

No século XIX, a educação pautada na razão não deveria estar apenas vinculada à Igreja Católica. As tendências secularizantes ocorridas no Império – como a Questão Religiosa (1870) e o fim do padroado (1890), a secularização dos cemitérios e o controle dos registros de nascimentos e casamentos pelo Estado – diminuíram a influência religiosa na sociedade e, com isso, fomentaram novas mentalidades e apontam mudanças significativas, sobretudo no que diz respeito à Instrução primária. Desta forma, a secularização do ensino e da moral passa a ser também da ossatura do Estado instrutor e não somente da Igreja. Uma maior presença de laicos nas escolas abre o caminho para a laicização da educação e, com isso, permite muitas mulheres transitarem sistematicamente outros espaços que não fossem os dos conventos/recolhimentos e/ ou o da esfera doméstica.

---

\* Mestre pela Universidade Federal de Pernambuco. Professora de Língua Portuguesa em núcleos educacionais na cidade do Recife.

As transformações na educação na cidade do Recife se deram de forma lenta e existiram muitas falhas no sistema. Apesar dos jornais e alguns representantes das elites propagarem o saber como condição básica para a civilidade, o preconceito contra a instrução feminina no Brasil era um fator de entrave para uma maior emancipação da mulher, seja ela rica ou pobre. É importante destacar, nesta política pedagógica secular, um maior acesso à educação e à saída gradativa dos postulados religiosos que dominavam em quase sua totalidade as disciplinas ofertadas nas instituições religiosas de ensino.

As críticas aos recolhimentos e colégio no Brasil eram constantes. Lembremos que na Questão Religiosa, ocorrida no final do século XIX, houve vários opositores à Igreja, um deles foi o escritor Carneiro Vilella. Em Recife, no seu Livro *A emparedada da Rua Nova*<sup>1</sup>, o autor vincula a educação feminina nos colégios religiosos, quando se refere ao perfil moral de suas personagens, aos entraves existentes para o processo de civilização da nação:

Tivera uma educação mimosa e esmerada, é certo, porém falsa, sem firmar-se nessas bases sólidas de moralidade de princípios e de utilidade de conhecimentos; conhecimentos e princípios que tem por fim formar o caráter e não a inteligência e por isso servir de garantia à família futura, que cada mulher possa fundar e de cujo núcleo seja o arbitro supremo tendo em mente que é daí que se origina esse grande ser moral chamado- Pátria!  
Nada disso! Celeste frequentara o colégio e passara por ali tal qual todas as outras daquele tempo e de hoje ainda e de amanhã talvez...sem ensinamento útil para o coração e sadio para a consciência. (...) Adquirira prendas, mais nada... Não: adquira também uns falsos princípios sobre todas as coisas e uma moral tão relaxada como cômoda: - a moral dos colégios.<sup>2</sup>

Apesar da exclusão intelectual da maioria das mulheres, pois muitos não viam com bons olhos a presença delas em escolas de ensino primário e secundário que não fossem os recolhimentos católicos, a laicização cultural foi um importante passo rumo a uma maior emancipação da mulher quando diminui a influência religiosa na sociedade. Não que as transgressões destas mulheres não ocorressem nos recolhimentos, ou que estes lugares funcionassem no mais absoluto controle e vigilância. Na sua tese de doutorado, a pesquisadora Suely Almeida<sup>3</sup> já apontou, no Brasil Colônia, que muitos destes recolhimentos serviram como forma de clausura involuntária para as mulheres transgressoras e que apesar

---

<sup>1</sup> VILELLA, Joaquim Maria Carneiro. **A Emparedada da Rua Nova**. 4 ed. Recife: Ed. Do organizador, 2005. É importante frisar que este romance, segundo a historiadora Maria de Fátima em nota de rodapé, nos esclarece que a publicação da obra em folhetim no jornal Pequeno, em 1909, seria a segunda publicação da obra. Ela teria sido publicada 23 anos antes, em 1886.

<sup>2</sup> Idem. p. 221.

<sup>3</sup> ALMEIDA, Suely Creusa Cordeiro de. **O sexo devoto: Normatização e resistência feminina no império português – XVI ao XVIII**. Tese (Doutorado em História). Recife, CFCH/UFPE, 2003.

da rigidez dos comportamentos e disciplinas exigidas, algumas conseguiram burlar normas, resistir e ressignificar suas vidas.

É certo que muitos externatos, internatos e semi-internatos, tanto para mulheres como para os homens, criados no período Imperial, se traduziram numa política pedagógica de higienização e representaram mais uma forma de controle do Estado e das elites sobre os indivíduos do que centros de excelência em educação<sup>4</sup>, mas a influência religiosa gradativamente era minimizada nas escolas, e as condições impostas às mulheres no período imperial e republicano possibilitaram novas mentalidades, afrouxando mais as relações de poder no espaço público e no espaço privado.

O que destoava, no século XIX, o recolhimento das instituições de ensino público e privado era que o primeiro tinha como fim em si mesmo a moralidade e a prescrição de conduta a ser seguida, o conceito de educação estava restrito ao lar e atendia a uma lógica misógina; a segunda, apesar de manter alguns preceitos cristãos e a educação voltada para o lar ainda existirem, o método de ensino privilegiava, no século da Razão, disciplinas como matemática, aritmética, geografia, geometria, história, música. Esse fato possibilitou uma visão mais liberal e questionadora acerca dos dogmas instituídos pela Igreja. Um exemplo é o casamento religioso, que sofre o seu primeiro golpe com a instituição do casamento civil por ocasião da publicação do Código Civil republicano em 1890, e, já nas primeiras décadas do século XX, a possibilidade do desquite. Agora, a mulher civilizada e importada - em muitos momentos da vida cultural e social dos principais países modelos como França, EUA, Alemanha, Suécia - apresentava - se como uma mulher culta e emancipada.

Mas importar essa ideia não seria algo fácil, todas as concessões obtidas pelas mulheres na educação- quer seja na esfera pública quer seja na esfera privada- sofreriam questionamentos, os discursos misóginos culturalmente precisavam ser fomentados. O intuito primeiro de uma reforma na educação feminina passava pelo caminho do casamento. A instrução dada a elas na nação civilizada deveria ser capaz de torná-la a mãe educadora. O discurso de que as mulheres muito inteligentes não serviam para casar contribuía para frear certos impulsos por uma educação emancipadora. Pois o sonho do casamento era embalado pela nossa sociedade e representava para muitas mulheres um objetivo a ser seguido.

Observa-se que a cidade do Recife contava com apenas 25(vinte e cinco) aulas públicas: 13(treze) de primeiras letras para meninos; 6(seis) de mesmo nível para meninas e 3(três) pós primeiras letras exclusivamente para meninos, dentre estas o Liceu, e o Ginásio

---

<sup>4</sup>GONDRA, José Gonçalves e SCHUELER, Alessandra. **Educação, Poder e Sociedade no Império brasileiro**. São Paulo: Cortez, 2008. p.215.

Pernambucano em fins da década de 50 do século XIX. Duas décadas depois, de 1872, de acordo com o resultado censitário apresentado pelo Presidente da Província, Recife possuía uma população de 118.478 pessoas, dos quais 15.280 eram escravos. Dessa população, 55.406 sabiam ler e 63.072 eram analfabetos<sup>5</sup>. A importância desta modificação do ensino no país foi a proliferação de escolas públicas e privadas no Brasil, sobretudo a partir da década de setenta. Isso ampliou um pouco mais o acesso não só da população, mas também das mulheres às escolas.

Em Pernambuco, por exemplo, segundo o Relatório apresentado no ano de 1875<sup>6</sup> pelo Inspetor Geral da Instrução Pública de Pernambuco, João Barbalho Uchoa Cavalcanti, na cidade e arrabaldes da cidade, havia 361 escolas primárias e secundárias para uma população de 841.539 habitantes. No Relatório de 1886, o mesmo Inspetor analisa que o número de escolas públicas da província saltou de 85, em 1856, para 496, em 1885. Como se pode verificar, em um período de 30 anos, houve um crescimento de 583% no número de estabelecimentos públicos, nessas escolas havia 20.505 alunos matriculados<sup>7</sup>. Mas as condicionais de investidura do cargo de magistério exercidos pelas mulheres dificultavam ainda mais a atuação delas como educadora nas poucas escolas para o sexo feminino. Afirma o Regulamento Geral para a Instrução Pública da Província de Pernambuco (Lei Provincial nº 355 de 25 de setembro de 1854) que:

As pessoas do sexo feminino, que se propuserem ao professorato, deverão exhibir de mais, se forem casadas, a certidão do seu casamento; se viúvas, a do óbito de seus maridos; e se viverem separadas destes, certidão do teor da sentença que julgou a separação, para se avaliar o motivo que a originou. As solteiras só poderão exercer o magistério tendo 23 anos completos de idade, salvo se ensinarem em casa de seus pais ou parentes até o 2º grau e estes forem de reconhecida moralidade<sup>8</sup>.

O problema é que a desigualdade de gênero em oportunidades de intelectualização e atuação do magistério eram notórias, e muitas mulheres não se beneficiaram do processo de escolarização. Isto foi sinalizado por Oliveira, ele diz que no Brasil:

Dos 4 890 estabelecimentos de instrução primária existentes em todo o país, em 1874, apenas 1 752 (1339 públicos e 413 particulares) podem ser frequentados pelas

<sup>5</sup>SILVA apud Ramon Oliveira. **Demandas por qualificação profissional**: Recife segunda metade do século XIX. p.5. Fonte <http://www.anped.org.br/app/webroot/34reuniao/images/trabalhos/GT09/GT09-31%20int.pdf> Acesso em 22 de fevereiro de 2013.

<sup>6</sup>CAVALCANTI OLIVEIRA apud GATI, Hajnalka Halász. **A educação da mulher no Recife no final do século XIX**: ensino normal e anúncios de progresso. Tese de Doutorado (UFPE). Recife, 2010. p.15.

<sup>7</sup>GATI, Hajnalka Halász. Op. Cit, p.13.

<sup>8</sup> Idem, p.143.

50 758 meninas neles matriculadas. Dos 358 de instrução secundária, 85 (84 particulares e apenas 1 público) são reservados às 2 354 alunas<sup>9</sup>.

Outra questão que apontava essa desigualdade entre homens e mulheres era, para muitos intelectuais do período, como Carneiro Vilella, a qualidade desse ensino. Como mola propulsora da formação da nação, a educação ilustrada deveria representar o objetivo maior para que os ideais de civilização fossem concretizados. E a mulher, nesse contexto, era excluída, não somente a popular mas também a abastada: a maioria das populares pela falta da garantia do acesso à instrução pelo Estado; as abastadas por uma educação voltada quase que exclusivamente para o ambiente privado. No livro *A emparedada da Rua Nova* essas questões foram colocadas em xeque:

Para o homem abriam-se todas as válvulas da civilização, franqueavam-se todos os caminhos da ciência, preparavam-lhe um futuro cheio de conhecimentos úteis, progressivos e portanto garantidos das mais altas virtudes.

Para a mulher, porém, \_ para a futura mãe de família, para a verdadeira base da sociedade moderna, \_ estreitavam-se os horizontes intelectuais e morais, proibiam-lhe a liberdade de pensar e de sentir, entregavam-na aos corvos do fanatismo e da hipocrisia, asfixiavam-lhe o coração, envenenavam-lhe o espírito, e em vez de procurarem formar uma esposa e uma mãe com todas as aptidões para procriar cidadãos e homens de espírito, preparavam uma beata inútil e estúpida, apta apenas para dissertar sobre as problemáticas virtudes do *rosário* ou para engrolar ladainhas depois de indigestos e perniciosos sermões jesuíticos!<sup>10</sup>

De sobremaneira, o que salta aos olhos pela a análise dos dados é que houve provavelmente um aumento considerável do número de alfabetizados, mas a maioria das mulheres estava à margem deste processo educacional, sobretudo as mulheres do povo, pois a elas, durante o dia, cabia o sustento próprio e muitas precisavam trabalhar e/ou muitas se casavam cedo e os afazeres domésticos as sobrecarregavam, impedindo-as, muitas vezes, de frequentar as escolas.

Em Recife, a situação da mulher não fora diferente, mas uma parte da sociedade pernambucana, graças ao estímulo dos jornais e dos intelectuais da época, foi se preparando para a aceitação de ideias novas, em grande parte advindas da Europa, no que dizia respeito à instrução feminina. Então, no contexto amplo da modernidade, a cidade começou a concordar gradativamente com as possibilidades de inserção da mulher no mundo da educação escolar formal. O texto de Pinto Junior<sup>11</sup> publicado n' *A Instrução Publica* (n. 3, 28 abr. 1872) sobre

<sup>9</sup>OLIVEIRA apud GATI, Hajnalka Halász. Op. Cit, p.21.

<sup>10</sup>VILELLA, Joaquim Maria Carneiro. *A Emparedada da Rua Nova*. Op. Cit, p.43.

<sup>11</sup>Professor João José Pinto Junior (1832-1896), diplomado no curso de Direito e, posteriormente, diretor da Faculdade de Direito. Fez parte do grupo conhecido como “geração

a “Instrução pública no Brasil” fez menção à urgência e à necessidade de um plano de ação para o projeto de civilização:

O que cumpre fazer e sem detença: 1º - Educar a mulher – a mulher moral ao nível do homem moral. E, com a educação da mulher, daremos à pátria a verdadeira constituição do progresso. 2º - Esclarecer o povo, torná-lo civilizado, inicial-o nas ideias que possuímos. Quem desconhece, hoje, o segredo por que preponderam a insuperável América do Norte, a ditosa Suíça e a douta Alemanha – é a escola devidamente organizada? 3º - Fazer cristã, porém, franca e conscienciosamente, a geração que se ergue. Mostrar-lhe o Evangelho que também nos ensina a liberdade<sup>12</sup>.

Por todo o século XIX, além da campanha dos jornais a favor da instrução pública e técnica, foi se estabelecendo o costume de se criar Associações e Sociedades Secretas (inicialmente), particulares, religiosas ou leigas, para os mais diferentes fins: científicos, culturais, recreativos, desportivos e profissionais. O surgimento dessas associações visava em primeira instância ao “bem comum e ao progresso” por meio da instrução e do trabalho. No Recife, surgiram a Sociedade Propagadora das Artes Mechanicas e Liberaes (1841), Associação Protetora da Instrução à Infância Desvalida (1871), Sociedade Propagadora da Instrução às Classes Operárias da Lagoa (1872), Associação Promotora da Instrução de Meninos e Meninas (1874), Associação Protetora da Infância Desamparada (1883).

Dentre elas, a cidade inovou na província no que se referia à instrução feminina. Ela foi pioneira em criar, em 1872, uma educação formal para mulheres, Escola Normal para Senhoras da Sociedade Propagadora<sup>13</sup>, que “faria também, por todos os modos úteis, a propaganda da alfabetização”<sup>14</sup>. Esta associação para o progresso pela educação feminina em Pernambuco, modelo exportado das associações civis surgidas na Europa cujo objetivo era legar o conhecimento e a civilidade para as camadas populares, contou com a ajuda do seu principal idealizador, o professor Pinto Júnior, e pedagogos de nome como Martins Júnior, José Higino, Olinto Vitor, Buarque de Macedo, Cônego Melo Luna, Landelino Câmara(...) Luís Porto Carrero<sup>15</sup>, e mais ainda, alguns dirigentes e ilustres cidadãos recifenses.

---

de 1870” na Escola do Recife. Foi um dos principais ativista da campanha de escolarização no Brasil e, em especial, do Recife, trabalhou ao lado de grandes personalidades da educação na cidade, como o professor João Barbalho. Para saber mais vide: GATI, Hajnalka Halász. Op. Cit.

<sup>12</sup>PINTO apud GATI, Hajnalka Halász. Op. Cit, p.21.

<sup>13</sup>A inserção da mulher no magistério ocorreu, sobretudo, no final do século XIX, a partir da criação, em 1873, no Recife, da Escola Normal para Senhoras da Sociedade Propagadora. Era uma escola privada, mas gratuita, surgida na sociedade civil, tinha como principal objetivo inserir a mulher no mercado de trabalho, através do exercício do magistério, atividade para a qual, acreditava-se, que ela estava *destinada*. Para saber mais vide: GATI, Hajnalka Halász. Op.Cit.

<sup>14</sup>SETTE, Mario. Op. Cit, p.298.

<sup>15</sup>Idem.

Assim, desde os primeiros tempos, firmou-se a tradição de um corpo docente formado por ilustres mestres: Artur Orlando da Silva – um dos grandes juristas e sociólogos pernambucanos que, com Tobias Barreto, Sílvio Romero e outros criaram a famosa Escola do Recife; João Barbalho Uchoa Cavalcanti – depois diretor da Instrução Pública na Província (entre 1874 e 1888) e depois Ministro da Instrução e do Comércio; Afonso Olindense Ribeiro de Souza – jornalista, poeta e dramaturgo; João Batista Regueira Costa – membro do Conselho Superior de Instrução Pública, senador, sócio de várias Sociedades científicas; João Pessoa Cavalcanti de Albuquerque (este como estudante, desde os 18 anos, e futuro governador da Paraíba) e ainda: Augusto Carneiro Monteiro da Silva Santos, Ezequiel Franco de Sá, Jorge Dornellas Ribeiro Pessoa, Vicente de Moraes Mello, dentre outros<sup>16</sup>. Grifo nosso.

Mas o que teria então essa escola de tão especial? Primeiro, o fato de ela ser pública, mas de iniciativa privada, nascida do desejo de progresso e civilidade das elites; segundo, destinada apenas à instrução das mulheres pobres e à carreira no magistério; e, por último, o horário de funcionamento no turno da noite, das 18 às 21 horas. Tudo isso facilitou o acesso de muitas mulheres populares não só ao mundo das letras, aumentando o número de alfabetizadas, mas também o acesso delas ao mercado de trabalho. Elas poderiam trabalhar não só como professoras, lecionando a particulares ou no serviço do ensino público e/ou privado, mas também nas atividades do comércio, já que este, em fins do século XIX e início do século XX, definiria novos perfis de trabalhadores nas lojas, e a presença da mulher nestas atividades foi importante, sobretudo na venda de miudezas e artigos de moda.

Rostand Paraíso, no seu livro *A velha Rua Nova*, nos conta que no ano de 1908, houve uma novidade na Rua Nova, e que deu certo, além da abertura da casa de Madame Júlia Doerdelein( a Casa Alemã), loja de miudezas, artigos como perfumaria, chapéus, modas, “como inovação principal, moças em vez de homens, nos balcões. Apesar da zombaria e das críticas que provocaram, a novidade deu certo e o bom gosto, a elegância, as novidades das exposições e a rapidez dos serviços, atraíram a clientela”<sup>17</sup> e outras casas seguiram o exemplo. Por todo o século vinte, cada vez mais as mulheres ocuparam espaço em atividades relacionadas ao comércio.

Observe que mesmo a escola Propagadora não ter atingido a todo o público das mulheres populares da cidade, o ingresso de uma parte dessas mulheres na instrução, como alunas e futuras professoras, significou muito. Isso porque, uma vez intelectualizadas e aptas para exercer o magistério, ampliou-se, provavelmente, o número de pessoas alfabetizadas. Abaixo podemos ver no anúncio do ano de 1897 do dia 5 de março do *Jornal do Recife* uma estimativa de quantas mulheres populares ingressavam por ano na Escola Propagadora.

<sup>16</sup>GATI, Hajnalka Halász. Op. Cit, p.21.

<sup>17</sup> PARAÍSO. Rostand. Op. Cit, p.138.

ESCOLA PROPAGADORA DA INSTRUÇÃO PÚBLICA- As matrículas desta escola, encerrada a 15 de fevereiro último, concorreram 92 candidatas, que ficaram assim distribuídas:

CURSO PREPARATÓRIO	
Matriculados-----	25
CURSO NORMAL	
1ª SÉRIE	
Matriculados-----	23
Ouvintes( Art. 14)-----	3
	26
2ª SÉRIE	
Matriculados-----	18
Ouvintes( Art. 14)-----	3
	21
3ª SÉRIE	
Matriculados-----	7
Ouvintes( Art. 14)-----	13
	20
TOTAL	92 <sup>18</sup>

Um total de 92 mulheres populares participou, como ouvinte e/ou alunas, no ano de 1897, de um processo de alfabetização e intelectualização. Elas ao fim dos estudos seriam leitoras e estariam aptas a lecionarem. O trabalho feito pela instituição Propagadora fazia jus ao nome da escola, isto porque os ideais da Escola Normal para Senhoras da Sociedade Propagadora não restringiram apenas ao espaço no qual as atividades de instrução feminina eram realizadas, mas também representaram, através da criação de uma revista especializada, a Revista Mensal da Instrução<sup>19</sup>, mais um discurso a favor de uma maior liberdade e emancipação feminina. Nessa revista, a edição do mês de outubro de 1872 exalta as qualidades da mulher, mostrando o quanto a figura feminina era elemento importante para a realização do projeto da Sociedade:

O espírito social, desenvolvido como se nota entre nós, tocou de perto os instituidores da Sociedade Propagadora e, pela primeira vez teve a Província de Pernambuco de **convidar** os seus mais caros penhores – **as senhoras – a tomar parte na reconstrução social.** (grifo nosso) A brasileira não é excepção da regra applicada a seu sexo; se a coragem e partilha especial do homem, a beneficencia é muito mais activa nas mulheres. – É uma consequência da maior actividade da sensibilidade psychologica do seu eu.[...] Na Europa culta, a mulher encanta pelo espirito, vence pela bondade e sublima-se tornando-se o anjo da beneficência e da caridade. A americana do Norte, a fim de dar vasta expansão a beneficência, aspira tomar parte nas associações políticas de seu paiz para lutar em prol da futura grandeza da humanidade. E ella tem razão. A mulher não deve concentrar somente no lar a sua ação benéfica; além do individuo está a família; além da família a pátria; além da pátria a humanidade. [...] É mister aproveitar a grandeza e uberdade do solo, colher as riquezas; mas para isto é preciso um povo laborioso e intelligente; é

<sup>18</sup> APEJE- **Jornal do Recife**, 5 de março de 1897, n 19, p.5.

<sup>19</sup> GATI, Hajnalka Halász. Op. Cit, p.170.

urgente e portanto o maior benefício que as brasileiras podem praticar é auxiliar e tomar parte nas sociedade que tem por fim difundir a instrução. Dado portanto o primeiro passo nesta heróica província com a instalação da Sociedade Propagadora da Instrução, as senhoras não podiam, nem deviam ser esquecidas; foram pois com toda a justiça contempladas nas mesmas condições dos demais sócios. [...] <sup>20</sup>

Esse discurso, pautado no trabalho e na instrução, suscitou para as mulheres ricas e/ou populares vários desdobramentos, desde a aquisição intelectual até um lugar social- não restrito apenas ao doméstico- por meio do trabalho. A importância de uma maior alfabetização e letramento feminino para o comércio era necessária para uma maior sincronia entre as novidades chegadas da Europa. A propagação do saber tornou-se necessária ao ponto de na cidade os principais comerciantes apoiarem a iniciativa da criação da Escola Normal para Senhoras da Sociedade Propagadora, incentivando a ação “civilizadora” através de doações e incentivos <sup>21</sup>, no mesmo ano criou-se, para homens, imbuído no mesmo espírito de progresso pelas elites, o Liceu de Artes e Ofícios no Recife <sup>22</sup>.

É importante observar que o mercado de trabalho exigia uma maior instrução e qualificação, tanto das mulheres quanto dos homens; o progresso pela ciência necessitava de um maior conhecimento técnico, sobretudo por ocasião das fábricas. Elas surgiram, no Brasil, nas primeiras décadas do século XIX. Eram de pequeno porte e tiveram, muitas delas, vida efêmera. Somente a partir de 1870 começaram a aumentar, em número e em importância, num processo que pode ser verificado entre os anos 1885-1895. Com o comércio intensificado no Recife não só após as mudanças urbanísticas realizadas pelo Conde da Boa Vista, mas, principalmente a partir dos anos noventa e início do século XX, por ocasião da instalação de fábricas <sup>23</sup> na cidade do Recife ou nos arredores dela, aumentou a necessidade de mão – de – obra.

O artigo com o título ‘Escolas Técnicas em nosso país’ publicado no Diário de Pernambuco no ano de 1887, no dia 1 de setembro, faz menção da importância delas na sociedade e informa sobre a ocasião da criação de um asilo agrícola para meninos órfãos.

<sup>20</sup>Memórias da sociedade propagadora *apud* GATI, Hajnalka Halász. Op. Cit, p.170.

<sup>21</sup>GATI, Hajnalka Halász. Op. Cit, p.113.

<sup>22</sup>CORD, Marcelo Mac. **A década de 1870 e as políticas de “instrução popular”: a complexa arquitetura do Liceu de Artes e Ofícios do Recife.** Revista UNIABEU Belford Roxo. V.1 Número 1 setembro- dezembro 2010.

<sup>23</sup>Instalou-se aqui a fábrica de cigarros Lafayette no final do século XIX, posteriormente, a fábrica fechou e, na década de 20 e 30, por ocasião do café Lafayette e clube literário lá instalado, foi um dos lugares mais frequentados do centro da cidade, tanto por jornalistas e homens públicos intelectuais quanto por populares. Os clientes se serviam de pé, enquanto olhavam a movimentação nas ruas. Para saber mais vide: MOURA, Carlos André Silva. **Fé, saber e poder:** Os intelectuais entre a restauração católica e a política no Recife(1930-1937). Dissertação de Mestrado( UFRPE). Recife, 2010.

(...) De obra tão nova que agora começa a frutificar, fortalecida pela seiva vivificante dos mais generosos sentimentos, nada diremos, limitando-nos a fazer aqui os mais ardentes votos pelo seu progresso, pela sua conservação, para que não tenha, como outras tentativas semelhantes, a vida ephemera das vespas do Danúbio. Que ela perde, trabalhando pelo engrandecimento da pátria, que outra não é a sua missão, apesar das apparencias modesta sob a que se apresenta<sup>24</sup>.

No mesmo jornal, o artigo “Escola”, comparando a instrução americana com a europeia, afirma a importância de um maior nível de instrução dos trabalhadores para atender a demanda da indústria e do comércio. Atente que, até em meados do século XIX, o letramento e a educação formal da população não eram muito exigidos nos anúncios de jornais e as escolas técnicas não eram tão exaltadas. A mudança desta visão começa a partir da década de setenta.

Sem acomodada instrução o trabalho não pode dar bons frutos(...) A razão porque um deputado americano pode dizer que o seu paiz é o maior de todos, é que os americanos se distinguem dos outros homens, em terem, geralmente falando, o cérebro debaixo do crânio, ao passo que eles o tem por todo o corpo, até nas pontas dos dedos(...) Quis o deputado significar com essas palavras que o operário americano sendo quase sempre sendo mais instruido que o operariado europeu, produz mais<sup>25</sup>.

Mesmo as fábricas surgindo no início do século XIX, não houve uma premente ação do poder público para garantir uma mão-de-obra adequada às novas necessidades. Muito pelo contrário, se olharmos os dados referentes à taxa de escolarização e aos índices de analfabetismos, veremos que, antes da década de setenta, a cidade do Recife e toda a província apresentavam uma população com baixa qualificação, mesmo aquela referente ao domínio da leitura e da escrita. No entanto, a partir da década de setenta e com o advento da República, havia não só uma visão para promover a formação profissional como algo voltado apenas aos setores marginalizados socialmente, neles se incluem as mulheres e os órfãos, mas também como algo importante para o processo civilizador<sup>26</sup>. Por isso a ausência de ações específicas do poder público não pode ser confundida com a inexistência do debate visando à construção de escolas profissionalizantes. A sociedade civil, formada pelos comerciantes, intelectuais e políticos da época, e associações, também desejava o progresso decorrente da instrução.

A instrução primária ocupa nos jornais da época grande espaço, muitos são os anúncios de mulheres se oferecendo para ministrarem aulas ou ingressando no funcionalismo

<sup>24</sup>APEJE- **Diário de Pernambuco**, 1 de setembro de 1887, n 215, p.5.

<sup>25</sup>APEJE- **Diário de Pernambuco**, 1 de setembro de 1887, n 215, p.3.

<sup>26</sup>GATI, Hajnalka Halász. Op. Cit, p.118.

público e/ou privado como educadoras. O exercício do magistério não se limitava apenas às escolas públicas ou particulares, mas também às casas das alunas ou à da própria instrutora. Quando uma professora recebia uma cadeira significava que ela iria arcar com o local, o mobiliário e os livros, aos poucos foi que a escola pública absorveu o trabalho das professoras em seu recinto<sup>27</sup>. Os espaços da cidade onde as mulheres exerciam esse ofício permeia todo o centro do Recife, seus arrabaldes e nos engenhos mais próximos. As ocupações das mulheres no mercado de trabalho em educação vão desde diretorias de estabelecimentos escolares até auxiliares em educação.

“No instituto 19 de março, à rua da Glória, número 25, precisa-se uma senhora para ajudar os trabalhos escolares primários, quem achar-se em condição de servir, dirija-se ao mesmo estabelecimento a entender-se com a Diretora”<sup>28</sup>. O que se pode depreender deste anúncio e suas repercussões na sociedade é que ele sinaliza uma novo perfil de mulher, pautado numa razoável autonomia e liberdade, e ao mesmo tempo sugere maiores oportunidades sociais a ela. No anúncio, o trabalho exigia como condição para a sua investidura o fato do empregado ser uma mulher, isso possibilita de sobremaneira não só uma exigência da intelectualização feminina, mas, antes de tudo, uma fonte de renda. Os homens também exerciam a profissão de educador em Pernambuco na época, mas muitas mulheres, e veremos que as populares não foram totalmente excluídas do processo, viram nessa oportunidade, depois da criação de escolas na cidade, como a Propagadora e a Escola Normal, uma fonte de renda.

Esta oferta de emprego não se resumia apenas na necessidade do estabelecimento de ensino ou apenas no espaço dele. Muitas vezes, as educadoras ofereciam os seus serviços. Neste ponto, o desenvolvimento dos transportes públicos advindos da urbanização contribuiu muito para a saída dessas mulheres em busca de sua própria sobrevivência e realizações: “Uma Senhora titulada pela Escola Normal do Estado, com prática de 4 anos de magistério público e atualmente avulsa, oferece-se para lecionar particularmente nos arrabaldes da capital, ou em um engenho servido por linhas férreas, a tratar na Rua velha de S.Rita n.77”<sup>29</sup>.

Após a inserção dos transportes nas cidades e em suas freguesias, a noção de distância se perdeu para muitas mulheres, e elas buscaram no magistério não apenas uma fonte de renda mas um lugar social por meio do trabalho. Este tipo de anúncio era comum e muitas mulheres se formaram não só nas escolas particulares, mas também nas públicas, como a Escola

---

<sup>27</sup>Idem.

<sup>28</sup> APEJE- **Jornal do Recife**, 22 de dezembro de 1886, n 246, p.4.

<sup>29</sup> APEJE- **Jornal do Recife**, Recife, 1 de setembro 1900, n 115. p.4.

Normal do Estado<sup>30</sup>, e as de iniciativa privada, como a escola Propagadora, que formou muitas mulheres populares na cidade, no Jornal do Recife de 6 de Janeiro de 1897 :

LESIONISTA: Martiniana Carneiro, titulada pela Escola Propagadora, comunica aos pais de suas alunas e ao público desta capital, que continuará a lecionar em collegios e casas particulares,- portuguez, francez, geographia e também primeiras letras e trabalhos de agulha. Pode ser procurada das 11 horas da manhã às 2 da tarde à Rua Barão de Vitória, n 21 segundo andar<sup>31</sup>.

A escola agora não representa apenas um dos espaços privilegiados para uma maior inserção da mulher no mercado de trabalho, mas o saber como um todo é quem garantiria a contratação, ao ponto de, para o ensino das primeiras letras, de acordo com a fonte consultada, a figura masculina praticamente não aparecer nos anúncios de trabalho ofertados pelas instituições.

Percebe-se que o espaço urbano recifense representou a abertura de novas oportunidades de intelectualização feminina, através de maiores possibilidades na instrução formal pública ou/e privada. O que chama a atenção em relação à Escola Propagadora é o fato dela ser exclusiva para meninas, e isso aumentou o número de mulheres populares na escola. Como se pode ver nos jornais da época, a repercussões deste fato não se restringiu apenas às escolas; pela formação do magistério, muitas mulheres levaram adiante o projeto propagador do conhecimento nas casas da cidade, ministrando aulas particulares, ou ingressando nos estabelecimentos de ensino.

No Recife, uma instituição que merece destaque, ao lado da Escola Normal para Senhoras da Sociedade Propagadora, é o Instituto 19 de março, não por ser gratuito, pois não era, ou ser a única escola a ter uma mulher na direção- em um anúncio de jornal de 1 de setembro de 1900<sup>32</sup>, consta que a D. Firmina Brandão Feitosa, também era diretora- mas por Dona Maria Coelho da Silva<sup>33</sup>, do Instituto 19 de Março, segundo o anúncio, ser diplomada no curso de Direito. Em 1888, três moças, Maria Fragoso, Delmira Secundina da Costa e a senhora de que trata a fonte, haviam se diplomado no curso de Bacharel em Direito. Segundo a escritora Luzilá Gonçalves:

---

<sup>30</sup> A consolidação dessas instituições só ocorreu, efetivamente, na segunda metade do século XIX com a introdução do ensino normal em Pernambuco, criado que foi pela Lei Provincial n.º 598 de 13 de maio de 1864. A Escola Normal Oficial e o Ginásio Pernambucano (fundado em 1825) representavam, na época, as mais significativas unidades do ensino público do Estado. Cf: GATI, Hajnalka Halász. Op. Cit, 2010.

<sup>31</sup> APEJE- **Jornal do Recife**, 6 de janeiro de 1886, n 5, p.4.

<sup>32</sup> APEJE- **Jornal do Recife**, 1 de setembro 1900, n 36, p.4.

<sup>33</sup> APEJE- **Jornal do Recife**, 6 de janeiro de 1886, n 5, p.4.

Os jornais da época celebraram o acontecimento, inclusive apresentando, em primeira página, as imagens das três moças, coroadas de louros. Artigos veiculados por vários periódicos contam como a cidade celebrou o evento, e como as moças foram acompanhadas por seus colégios em préstito de honra, cercadas de flores pelas ruas do Recife<sup>34</sup>.

Por coincidência, descobrimos que, de todas as três formadas, apenas Dona Maria Coelho da Silva exerceria a profissão, na cidade do Rio de Janeiro, com muitas ressalvas e dificuldades<sup>35</sup>. Antes desse feito, a nossa advogada, por muitos anos atuou não apenas no magistério como educadora, mas sobretudo como diretora. Em 8 de janeiro de 1897, a mesma Diretora do estabelecimento, agora com instrução não só primária mas secundária, situado atualmente à rua Visconde de Albuquerque, expõe para a população do Recife os resultados dos exames realizados pelas suas alunas para o ingresso em outras instituições de ensino, ressaltando que das 15 inscritas, dois terços foram aprovadas com “distinção” e as outras “plenamente” aprovadas:

INSTITUTO 19 DE MARÇO- Sob a direção da Bacharel Maria Coelho da Silva. 25- Rua Visconde de Albuquerque( antiga rua da Glória).

Este estabelecimento de instrução primária e secundária reabrirá suas aulas no dia 7 de janeiro vindouro e admite alunas internas, semi-internas e externas para primeiras letras, Portguez, Francez, Inglez, Arithimétrica, Geometria e História; trabalhos de agulha, música e piano.

Preparou para os últimos exames 15 discipula, sendo dois terços das mesmas aprovadas com distinção e um terço plenamente. Além desses fez das línguas portuguesa, franceza e ingleza, no curso anexo a Faculdade de Direito, a de nome Amélia Gomes Carneiro que foi aprovada plenamente nos dois primeiros e com distinção no último.

O mesmo estabelecimento espera continuar a receber a mesma confiança dos senhores pais de família. A Diretora, Maria Coelho da Silva<sup>36</sup>.

Esse tipo de narrativa no jornal em relação ao resultado obtido para o ingresso na Escola Normal e ao curso superior era corriqueiro. Ser mulher e letrada na sociedade da época não era ser única, mas, sim, ser singular. Pois muitos acreditavam que a intelectualização feminina não passava de modismo e constituía um perigo à moral e aos bons costumes na sociedade.

No que se refere à educação superior, observe o anúncio do Jornal do Recife do ano de 1900, aos dois de dezembro, acerca do resultado de uma seleção realizada entre meninos e meninas para o ingresso no estabelecimento em um curso superior na cidade do Recife.

---

<sup>34</sup> FERREIRA, Luzilá Gonçalves. Maria Augusta Meira de Vasconcelos: biógrafa, poetisa, jornalista, professora. Advogada não. *In A escrita da nona mulher*, Org. Luzilá Gonçalves, Programa de Pós-graduação em Letras, UFPE, 2005. p. 124.

<sup>35</sup> Idem.

<sup>36</sup> APEJE- *Jornal do Recife*, Recife, 8 de janeiro de 1897, n 6, p.4.

“Curso Superior: Lyli Maria Vieira da Cunha e Maria Ida Feitosa Pontes, aprovadas com distinção. Os exames foram presididos pelo Dr. Manoel Neto Carneiro Campello, que não cessou de elogiar a diretoria do Collegio em vista do preparo e do bom aproveitamento de suas alunas”<sup>37</sup>.

No texto o que se faz sentir são as relações de gênero. O fato das mulheres terem tirado notas maiores que os homens, ou seja, terem sido aprovadas “com distinção”, para a época, era um fato não corriqueiro, pois a elas, por muito tempo, o ingresso ao curso superior foi vedado, então a recorrência do diretor tecer elogios às meninas. Não que exista qualquer ineditismo nisto, como educador e avaliador do processo, os elogios na instituição, internamente, tanto para as mulheres como para os homens, deveriam ser recorrentes. A questão é isso ter sido percebido e ratificado pela pessoa que colocou o resultado no jornal. É como se existisse uma espécie de justificativa pelo fato da aprovação com distinção não ter sido de um homem, então a insistência em acrescentar mais informações.

Pelo exemplo do anúncio anteriormente supracitado, o ingresso de mulheres à educação superior constituiu um passo decisivo para uma maior mobilidade da mulher, mas nem todos viam isto com bons olhos. Um jornal de grande circulação na cidade publica o seguinte título e texto “A mulher na Europa”:

A emancipação da mulher não é nenhum sonho nem uma utopia, como se vai ver. Nos auditórios de Paris acaba de ser inscrita como advogada uma senhora extremamente formosa, foi o Sr. Petit, doutor em direito addido ao gabinete do Ministro do Comércio que fez a inscrição. A nova doutora tem sido muito procurada por mulheres que vão intentar causa de divórcio contra os seus maridos. Os jornais parisienses dizem que ela é muito eloquente, fala com bastante arte e possui um magnífico metal de voz [...] <sup>38</sup>.

Por essas poucas linhas, pode-se perceber que era culturalmente vedado à mulher, à época da narrativa, no Brasil, o ingresso em alguns cursos superiores, ou, mesmo ele sendo possível, o seu exercício não, o curso de bacharelado em Direito é um exemplo disto. No Brasil, mesmo nos novecentos, o preconceito contra o ingresso de mulheres aos cursos superiores ainda existia. Ocorre que o governo provincial vinha discutindo a questão da instrução para o sexo feminino, cujo currículo era extremamente limitado. O ensino superior continuaria vetado às moças brasileiras até a aprovação, pelo Imperador D. Pedro II, da Reforma Leôncio de Carvalho em 1879. A discussão acerca do ingresso ou não de mulheres no curso superior antes desta data era uma constante, e as relações de gênero eram patente.

<sup>37</sup> APEJE- **Jornal do Recife**, Recife, 2 de dezembro 1900, n 36, p.3.

<sup>38</sup> APEJE- **Jornal do Recife**, Recife, 1 de setembro 1900, n 36, p.4.

Valendo-se também do discurso de Tobias Barreto, a professora Elizabeth Rago no seu artigo diz que:

Em Pernambuco, a polêmica entre as concepções liberais e as evolucionistas – que atribuíam a inferioridade das mulheres às razões biológicas – foi reavivada pela petição de “uma menina inteligente”, nas palavras de Tobias Barreto, referindo-se a Josefa Águeda Felisbella Mercedes de Oliveira, nascida em Pernambuco no dia 13 de fevereiro de 1864. No dia 22 de março de 1879, em sessão na Assembléia Provincial de Pernambuco, o deputado e jurista liberal Tobias Barreto defendeu a petição movida por outro republicano, o advogado e jornalista Clodoaldo Alves de Oliveira, solicitando recursos para a filha estudar medicina nos Estados Unidos, já que ainda não havia permissão legal para as moças cursarem as faculdades naquele momento, liberação que ocorreria no mês seguinte<sup>39</sup>.

Por ocasião das reformas na Instrução primária na cidade- o ingresso delas em 1879 ao curso superior, e as ideologias liberais propagadas pela Escola do Recife, sobretudo na figura de personagens como Tobias Barreto, Pinto Júnior, João Barbalho, e tantos outros intelectuais- a partir da década de setenta as discussões por uma intelectualização feminina e uma maior emancipação da mulher foram mais constantes e acirradas. A partir dos novecentos no país, frente aos fatos históricos ocorridos na no final do século XIX, aos poucos, a mulher começa a se inserir nas profissões liberais como a jurídica e médica. Para se ter uma ideia da exclusão acadêmica das mulheres, apenas em 1906, na cidade do Rio de Janeiro, a advogada Myrthes Gomes de Campos obteve a licença do IOAB<sup>40</sup> em 12 de junho de 1906 para atuar na profissão. Podemos perceber que as relações de poder estão inseridas neste contexto. O veto ao exercício da magistratura expressa bem o exercício do poder masculino na academia e a hierarquia existentes nas relações de gênero na sociedade brasileira.

Por isso não devemos entender a instrução pública de forma isolada e/ou apenas no âmbito da intelectualização dessas mulheres e o exercício do magistério, ela atinge outras esferas sociais, como profissionais liberais. Alguns anúncios de jornais vão fazer menção ao exercício da medicina, o acesso ao curso superior abre novas frentes de trabalho a essas mulheres da virada do século. No dia 1 de janeiro de 1897, no Jornal do Recife, o anúncio diz:

---

<sup>39</sup> RAGO, Elisabeth Juliska. **A ruptura do mundo masculino da medicina: médicas brasileiras no século XIX.** cadernos pagu (15) ,2000: pp.199-225.

<sup>40</sup> O Instituto da Ordem dos Advogados do Brasil (IOAB-1827), em 12 julho do ano de 1906, aprovou o ingresso na carreira jurídica, numa eleição de vinte e três votos contra quinze a favor, da ativista política e advogada Myrthes Gomes de Campos, mesmo ela tendo sido diplomada no ano de 1898. Para maiores informações ver: [http://www.fcsh.unl.pt/facesdeeva/eva\\_arquivo/revista\\_18/eva\\_arqu\\_numero18\\_f.html](http://www.fcsh.unl.pt/facesdeeva/eva_arquivo/revista_18/eva_arqu_numero18_f.html), acesso em 15 de maio de 2013.

Doutora Amélia Cavalcante<sup>41</sup>: Tendo regressado de sua viagem a Barreiros, pediu a Exma. Sra. Dra Amélia Cavalcante para avisarem ao público que continua ela no exercício de sua profissão, em seu consultório à rua do Imperador n 61, residindo à Rua da Conde da Boa Vista n 24A<sup>42</sup>.

Buscando saber da mulher de quem trata a fonte, coincidentemente é a primeira mulher médica a clinicar na cidade de Recife e para quem o deputado Tobias Barreto<sup>43</sup> peticionou em plenário na cidade do Recife. Exatamente num tempo em que muitas mulheres morriam por não deixar, sequer, os médicos as tocarem. A presença desta mulher na cidade simboliza uma forma de resistência das mulheres às restrições sociais e culturais que as relegavam o espaço a ser ocupado a casa, a igreja. A prova disto é que a doutora Maria Amélia Cavalcanti de Albuquerque fora formada no Rio de Janeiro, em 1892, por falta de escola local, mas em 1934, quando faleceu, graduavam-se pela então já existente Faculdade de Medicina do Recife as primeiras médicas, as paraibanas Edésia de Carvalho Vieira e Neusa Vinagra de Andrade, segundo registra Mário V. Guimarães em seu artigo “As Pioneiras da Medicina no Brasil e Pernambuco”<sup>44</sup>, escrito para a Sociedade da História da Medicina.

A instrução foi um dos caminhos utilizados pelas mulheres no final dos oitocentos para burlar e modificar antigas mentalidades que cerceavam o espaço físico e social que elas deveriam ocupar. A instrução primária laica aumentou bastante e o contato maior com o mundo para além do doméstico motivou, inclusive, um aumento de mulheres alfabetizadas, pela constante necessidade que a cidade exigia. Era preciso formar mulheres mais cultas, com possibilidades de visibilidade pública, e o mais importante para a nossa análise, formar mulheres leitoras.

Por isso a intelectualização da mulher se deu de forma lenta e gradativa e, o mais importante para a mentalidade misógina do período, restrita: num primeiro momento ao âmbito privado; no segundo, ao espaço público. Por isso o sentido da palavra “filhos” num dos parágrafos anteriores está ambíguo de forma proposital, pois cabia a elas educarem não só

---

<sup>41</sup>Em Pernambuco, a primeira médica foi Maria Amélia Cavalcanti de Albuquerque, uma pioneira em tocoginecologia, exatamente o ramo da medicina que mais expunha a intimidade feminina, ela nasceu em 8 de agosto de 1854, em Sirinhaém (PE) e foi formada pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, em 1892.

<sup>42</sup>APEJE- **Jornal do Recife**, Recife, 1 de Janeiro de 1897, n 1, p.3.

<sup>43</sup> Dentre os principais intelectuais do período que defenderam a ‘emancipação relativa’ da mulher, sobretudo no que diz respeito à intelectualização feminina, foram os juristas Clóvis Beliváqua, relator do Código civil de 1916; e Tobias Barreto. Muitos dos seus discursos defendia a intelectualização da mulher. Como deputado da Província de Pernambuco, Tobias Barreto criou o projeto Paternológico, o qual buscava inserir a mulher na educação superior. Para saber mais: BARRETO, Tobias. **Discursos**, vol. 4- Obras completas. Sergipe: Ed. Estado de Sergipe, 1926.

<sup>44</sup> Mais informação sobre o ingresso das mulheres pernambucanas no exercício da medicina consultar em [http://www.josenimeloadvogados.com.br/joomla/index.php?option=com\\_content&view=article&id=41:uma-mulher-de-verdade-mo-amelia-cavalcanti-de-albuquerque&catid=18:memoria-pernambucana&Itemid=40](http://www.josenimeloadvogados.com.br/joomla/index.php?option=com_content&view=article&id=41:uma-mulher-de-verdade-mo-amelia-cavalcanti-de-albuquerque&catid=18:memoria-pernambucana&Itemid=40)

os filhos da pátria, mas também os seus próprios filhos. As mulheres, sobretudo das elites, eram responsáveis pela formação moral dos cidadãos capacitados para ocuparem os cargos dirigentes do país. Às populares, cumpriam também sua função nesta nova conjuntura social que se afirmava na nação, cabia a elas a docência não só no âmbito familiar, mas também no público. Essas mulheres precisavam se diplomar no saber e, conseqüentemente, garantir o seu sustento e o da sua família, através de um “ato nobre”, alfabetizar as crianças<sup>45</sup>.

Por isso o esforço de algumas associações civis na luta pela propagação do saber. Em Recife, por exemplo, criou-se a Escola Normal para Senhoras da Sociedade Propagadora<sup>46</sup>, e a especificidade técnica das classes populares, pela criação dos Liceus de arte e ofícios. O ideal civilizador cumpria um duplo papel sócio-moralizante: levar o saber “a todas as criaturas” e civilizar a “Nação bárbara”. Imbuídos destes projetos, dirigentes da cidade e alguns intelectuais dormiam “o sono dos justos”.

Apesar do afã do progresso, os nossos intelectuais não fugiram à regra da estereotipização nesta sociedade civilizada, os papéis entre homens e mulheres foram socialmente marcados e historicamente construídos. Elas deviam ser “professorinha”, “mães” e “esposas”. Conforme Carvalho, o símbolo ideal nessa sociedade racionalista era a mulher, cujo mito perfeito seria a virgem-mãe, por sugerir uma humanidade capaz de se reproduzir sem a interferência externa<sup>47</sup>.

## CONCLUSÃO

Para os ideais ilustrados, o saber passou a ser ferramenta necessária que sedimentaria a civilização. Nesse contexto, a mulher foi impulsionada a incorporar posturas sociais mais ligadas a aspectos de capacitação intelectual e profissional. A Instrução representaria para a sociedade o principal caminho para o progresso material, cultural e intelectual dos povos, ela sedimentaria o projeto de civilização nos trópicos. Nesse contexto, o mercado de trabalho e a intelectualização exigiam uma nova postura social da mulher e as ações delas deveriam ir além do espaço privado. Por isso a educação formal para mulheres passou por importantes mudanças, especialmente no final do século XIX.

---

<sup>45</sup>NAGLE, Jorge. **Educação e sociedade na primeira República**. Rio de Janeiro : DP&A, 2001. p.68.

<sup>46</sup>Uma maior inserção da mulher pobre no magistério ocorreu, sobretudo, no final do século XIX, a partir da criação, em 1873, no Recife, da Escola Normal para Senhoras da Sociedade Propagadora. Era uma escola privada, mas gratuita, surgida na sociedade civil, tinha como principal objetivo inserir a mulher no mercado de trabalho, através do exercício do magistério, atividade para a qual, acreditava-se, que ela estava *destinada*.

<sup>47</sup>CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas**. São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 2001. p.81.

De uma forma geral, as mulheres atendiam aos interesses republicanos e positivistas. No imaginário social, assim como a República, representada em muitas charges do período, e posterior a ele, como uma mulher jovem que deveria guiar o país para o progresso e a civilização, as nossas mulheres, elemento essencial para a manutenção do lar, da ordem e da educação, cumpriam o mesmo papel, mas não representada mais pela monarquia, uma senhora idosa, fraca e experiente; e sim uma mulher jovem, forte e letrada.

## **ETERNAL TOPIC: THE WOMAN AND KNOWLEDGE AS COMMON GOOD AND THE RECIFE CITY (1870-1909)**

### **ABSTRACT**

Knowledge as a common right to the people became a necessary tool for achieving a civilized city. Allied with this desire for progress, the urban transformations in the city and its consequences allowed a modification of the profile of women in society. In Recife, to achieve a civilized city, the woman has become an important part in the construction of a city within the purposes of civilization, so the woman was shaped according to the interest of social groups that forged them. In different historical moments in the 1800, despite of conservative sectors of society, in newspapers, in magazines, on tribune, the discussions about female emancipation and intellectualization generated controversy and pointed new spaces which women would occupy in the twentieth century.

**Keywords:** gender; education; Recife.

### **REFERÊNCIAS**

ALMEIDA, Suely Creusa Cordeiro de. **O sexo devoto: Normatização e resistência feminina no império português – XVI ao XVIII.** Tese (Doutorado em História). Recife, CFCH/UFPE, 2003.

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas.** São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 2001.

CORD, Marcelo Mac. **A década de 1870 e as políticas de “instrução popular”: a complexa arquitetura do Liceu de Artes e Ofícios do Recife.** Revista UNIABEU Belford Roxo. V.1 Número 1 setembro- dezembro 2010.

FERREIRA, Luzilá Gonçalves. Maria Augusta Meira de Vasconcelos: biógrafa, poetisa, jornalista, professora. Advogada não. *In A escrita da nona mulher*, Org. Luzilá Gonçalves, Programa de Pós-graduação em Letras, UFPE, 2005.

GATI, Hajnalka Halász. **A educação da mulher no Recife no final do século XIX: ensino normal e anúncios de progresso.** Tese de Doutorado (UFPE). Recife, 2010.

GONDRA, José Gonçalves e SCHUELER, Alessandra. **Educação, Poder e Sociedade no Império brasileiro**. São Paulo: Cortez, 2008.

MOURA, Carlos André Silva. **Fé, saber e poder: Os intelectuais entre a restauração católica e a política no Recife(1930-1937)**. Dissertação de Mestrado( UFRPE). Recife, 2010.

RAGO, Elisabeth Juliska. **A ruptura do mundo masculino da medicina: médicas brasileiras no século XIX**. Cadernos pagu (15) ,2000: pp.199-225.

VILELLA, Joaquim Maria Carneiro. **A Emparedada da Rua Nova**. 5. Recife: CEPE, 2013.

[http://www.fcsh.unl.pt/facesdeeva/eva\\_arquivo/revista\\_18/eva\\_arqu\\_numero18\\_f.html](http://www.fcsh.unl.pt/facesdeeva/eva_arquivo/revista_18/eva_arqu_numero18_f.html), acesso em 15 de maio de 2013.

<http://www.anped.org.br/app/webroot/34reuniao/images/trabalhos/GT09/GT09-31%20int.pdf>  
Acesso em 22 de fevereiro de 2013.

[http://www.josenimeloadvogados.com.br/joomla/index.php?option=com\\_content&view=article&id=41:uma-mulher-de-verdade-mo-amelia-cavalcanti-de-albuquerque&catid=18:memoria-pernambucana&Itemid=40](http://www.josenimeloadvogados.com.br/joomla/index.php?option=com_content&view=article&id=41:uma-mulher-de-verdade-mo-amelia-cavalcanti-de-albuquerque&catid=18:memoria-pernambucana&Itemid=40)

Recebido em 24 de abril de 2014. Aprovado em 20 de junho de 2014.